



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Anexo I

PREVISÃO DA RECEITA

ESTIMATIVA DA RECEITA

	2016	2017	2018
I. RECEITA CORRENTE	916.405.945	960.974.318	1.037.664.277
1.1 Receita Própria	305.860.104	315.806.059	345.491.887
1.1 IPTU	58.014.967	63.288.528	68.516.160
(-) Renúncia IPTU	-367.373	-407.620	-452.276
1.1 IPTU - Líquido	57.647.594	62.880.908	68.063.884
1.2 IRRF	7.673.723	8.514.410	9.447.198
1.3 ITBI	15.617.489	17.328.448	19.226.848
(-) Renúncia ITBI	-153.581	-170.407	-189.075
1.3 ITBI - Líquido	15.463.908	17.158.041	19.037.773
1.4 ISSQN	55.302.930	61.361.587	68.083.994
(-) Renúncia ISSQN	-569.609	-632.012	-701.251
1.4 ISSQN - Líquido	54.733.321	60.729.575	67.382.743
1.5 Taxas - Executivo	926.653	960.129	997.272
(-) Renúncia - Taxas	-11.539	-12.803	-14.206
1.5 Taxas - Executivo - Líquido	915.114	947.326	983.066
1.6 Contribuição Previdenciária Servidor	18.534.912	19.368.983	20.240.587
1.7 Contribuição Assistência Saúde Servidor	4.276.800	4.469.256	4.670.373
1.8 Aplicações Financeiras - Executivo	21.866	25.146	28.918
1.9 Aplicações Financeiras - Prevpel	5.280.000	5.517.600	5.765.892
1.10 Aplicações Financeiras - Sanep	420.000	420.000	520.000
1.11 Receita de Concessões	1.807.733	2.078.893	2.390.727
1.12 Receita de Serviços - Executivo	5.888.258	6.307.497	6.766.421
1.13 Receita Serviços - Sanep	96.160.000	89.270.000	98.100.000
(-) Renúncia Tarifa Água	-50.000	-20.000	-40.000
1.14 Receita Serviços Sanep - Líquido	96.110.000	89.250.000	98.060.000
1.145 Multa de Trânsito	1.300.000	1.442.420	1.600.443
1.16 Multa da Dívida Tributária	140.957	156.399	173.534
1.17 Multa de Outras Origens	119.091	132.138	146.614
1.18 Dívida Ativa Tributária	14.619.450	16.221.070	17.998.153

1.19 Receita de Carnaval	81.829	90.794	100.741
1.20 Outras - Executivo	1.635.868	1.801.037	1.982.899
1.21 Outras - Sanep	17.970.000	17.020.000	18.800.000
1.22 Outras - Prevpel	1.219.680	1.274.566	1.331.921
1.2 Transferência Intra-Orçamentária	54.915.168	57.386.351	59.968.736
2.Transferências da União	291.194.009	300.948.452	320.349.506
2.1 FPM cota-parte	67.005.788	73.096.614	79.134.394
2.2 ITR	23.888	26.060	28.212
2.3 Lei Kandir	731.467	797.957	863.869
2.4 Cota-Extra do FPM	3.556.308	3.907.056	4.292.397
2.5 Auxílio Financeiro - Esforço Exportação (MP nº 193/04)	661.373	726.602	798.264
2.6 Convênios Saúde	184.554.182	187.389.281	196.758.745
2.7 Convênios Educação	25.520.000	28.952.000	31.847.200
2.8 Convênios Assist. Social	4.074.567	4.482.024	4.930.226
2.9 Outros Convênios	1.052.370	1.156.162	1.270.191
2.10 Outras Transferências	4.014.066	414.696	426.008
3.Transferência do Estado	209.968.136	226.558.689	244.814.993
3.1 ICMS cota-parte	122.617.611	133.763.552	144.812.423
3.2 IPVA cota-parte	44.847.742	49.270.940	54.130.385
3.3 IPI Exportação	2.120.864	2.330.039	2.559.844
3.4 Convênios Saúde	38.529.664	39.931.147	41.927.705
3.5 Convênios Educação	850.000	935.000	1.028.500
3.6 Convênios Assist. Social	100.818	110.900	121.990
3.7 Outros Convênios – CIDE - PRONAF	201.437	217.111	234.146
3.8 Outras Transferências	700.000	0	0
4.Transferências Multigovernamentais	101.550.000	111.705.000	122.875.500
4.1 FUNDEB	101.550.000	111.705.000	122.875.500
5.Transferências de Instituições Privadas	388.000	426.800	469.480
5.1 Contribuições FUNDICA	388.000	426.800	469.480
Deduções	47.469.472	51.857.032	56.305.825
(-) Contribuições Fundeb	47.469.472	51.857.032	56.305.825

II - RECEITA DE CAPITAL	175.381.081	3.189.802	4.211.772
1 - Alienação de bens	69.393	79.802	91.772
2 - Operações de Crédito	111.150.000	3.000.000	4.000.000
2.1 PMAT	3.900.000	3.000.000	4.000.000
2.2 PAC II - Saneamento	11.250.000	0	0
2.3 PAC II - Pavimentação	30.000.000	0	0
2.4 Reestruturação do Sistema de Mobilidade Urbana	66.000.000	0	0
3 - Transferências do Estado	0	0	0
4 - Transferências da União	64.161.688	110.000	120.000
4.1 PAC II - Habitação	11.100.000	0	0
4.2 PAC II - Saneamento	11.100.000	0	0
4.3 PAC II - Abastecimento	6.400.000	0	0
4.4 PAC II - Cidades Históricas	30.994.400	0	0
4.5 PAC II - Regularização Fundiária	250.000		
4.6 Construção e Qualificação Espaços Púnicos	3.367.288		
4.7 Construção Terminal Turístico	50.000		
4.8 Caminho da Escola - Ônibus Acessível	800.000		
4.5 Transferência Sanep	100.000	110.000	120.000
III. RECEITA TOTAL GERAL	1.091.787.026	964.164.120	1.041.876.049

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA 2016

ESPECIFICAÇÃO	Valores
RECEITAS CORRENTES (I)	908.960.249,00
Receita Tributária	136.433.660,00
IPTU	57.647.594,00
ISS	54.733.321,00
ITBI	15.463.908,00
IRRF	7.673.723,00
Outras Receitas Tributárias	915.114,00
Receita de Contribuições	22.811.712,00
Receita Patrimonial	5.721.866,00
Receita de Concessões	1.807.733,00
Receita de Serviços	101.998.258,00
Transferências Correntes	603.100.145,00
Cota-Parte do FPM	67.005.788,00
Cota-Parte do ICMS	122.617.611,00
Cota-Parte do IPVA	44.847.742,00
Cota-Parte do ITR	23.888,00
Cota-Parte IPI Exportação	2.120.864,00
Cota-Extra FPM	3.556.308,00
Transferências da LC 87/1996	731.467,00
Transferências do FUNDEB	101.550.000,00
Outras Transferências Correntes	260.646.477,00
Outras Receitas Correntes	37.086.875,00
DEDUÇÕES (II)	74.178.107,00
IRFF	7.673.723,00
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	18.534.912,00
Compensação Financeira entre Regimes Previdência	500.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	47.469.472,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	834.782.142,00

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS

As receitas foram estimadas para o período de 2016 a 2018 tomando-se por base a projeção revista da receita para 2015. Esta revisão considerou os valores arrecadados até o mês de Agosto, as consultas sobre transferências, convênios e operações de crédito firmado.

Para projetar as receitas próprias de IPTU, ISSQN, Dívida Ativa tomou-se por base o efetivamente arrecadado até agosto, com re-projeção até o final de 2015, também considerada a evolução da receitas nos três últimos exercícios. Assim para o exercício de 2016 foi aplicado o percentual de 18% para o IPTU, 13% para o ITBI e 12,92% para o ISSQN sobre a respectiva base e na seqüência tendo 12,92% em 2017; 10,95% em 2018, sempre em relação ao exercício anterior.

Na projeção das transferências constitucionais da receita, foram utilizados os seguintes percentuais de 10% para 2016; 9,09% em 2017; 9,86 % em 2018, cuja base reporta-se a dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ RS, para o exercício de 2015.

O cenário macroeconômico adotado, apresentado no item Metodologia, definiu as taxas de inflação, de juros e de crescimento econômico que subsidiaram as estimativas das metas. Os valores das principais variáveis macroeconômicas que constituem o cenário utilizado foram definidos após consultas junto a órgãos oficiais que realizam esse tipo de estimativa, como IGP DI e percentuais de crescimento da receita.

IPTU – Foram mantidas, durante o período de 2016 a 2018, as mesmas taxas de inadimplência e antecipação consideradas para 2015. Para 2016, espera-se a implantação de medidas que melhorem a eficiência da arrecadação tributária e a ampliação do universo de contribuintes.

ISSQN – A maior parte desse imposto é constituída pelo ISSQN auto-lançado que varia, principalmente, em função da atividade econômica. Comparando os últimos três anos houve um acréscimo em torno de 20%/ano, na receita deste tributo. Período este no qual passou a vigorar a Lei da substituição tributária o que tem inibido a sonegação. A projeção deste tributo inclui a previsão de cobrança referente ao leasing concedido pelas Instituições Financeiras, Serviços de Cartórios e a implantação do GIS on line.

ITBI – A utilização de base de cálculo mais realista terá impacto na arrecadação do ITBI, em 2014. Nos anos de 2016 e 2018, considerou-se, um incremento de receita, devido o crescimento de 7% ao ano nos últimos três exercícios.

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – A previsão foi projetada considerando-se um grande esforço direcionado a este serviço, com a contratação de servidores e novos equipamentos, que se encontra em fase de licitação. Também foi projetado um novo sistema de cobrança via banco para os contribuintes que optarem pelo parcelamento do REFis. Ainda foi considerada a cobrança devida pelas Instituições Financeiras referente ao leasing por elas concedido, em anos anteriores, o qual foi recolhido ao município das suas respectivas matrizes, quando deveriam ser pago ao nosso município.

FPM – Cresceu de acordo com a atividade econômica.

ICMS – Considerou-se que será mantido, para o período de 2016 a 2018, o mesmo valor nominal estimado para 2015, descontando-se a variação estimada para o Índice de Participação do Município de Pelotas na arrecadação do ICMS.

TRANSFERÊNCIAS DO SUS – A Secretaria Municipal de Saúde informou os valores estimados para 2015, que foram mantidos, em termos reais, para os anos seguintes.

TRANSFERÊNCIAS DO FNDE - A Secretaria Municipal de Educação informou os valores estimados para 2015, que foram mantidos, em termos reais, para os outros anos.

TRANSFERÊNCIAS DO FNAS - A Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social informou os valores estimados para 2016 que foram mantidos, em termos reais, para os outros anos, exceto casos onde se informava o término do convênio.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Anexo II

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

METAS FISCAIS

Atendendo ao estabelecido no art. 4º §1º, da Lei Complementar nº 101 de 2000, e normatizado através da portaria STN nº 471 de 31/08/04, as metas anuais da Administração Pública da Prefeitura Municipal de Pelotas, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal e primário e dívida pública consolidada para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, estão abaixo discriminados.

I - Demonstrativo das Metas Anuais

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	1.091.787.026	1.039.797.168	28,70%	964.164.120	882.913.963	24,01%	1.041.876.048	912.992.443	23,72%
Receitas Primárias (I)	980.567.633	933.873.936	25,77%	961.084.318	880.093.696	23,93%	1.037.784.276	909.406.837	23,63%
Despesa Total	1.070.024.081	1.019.070.553	28,12%	941.278.344	861.956.772	23,44%	1.017.816.812	891.909.416	23,17%
Despesas Primárias (II)	1.063.610.025	1.012.961.929	27,96%	933.087.620	854.456.281	23,23%	1.007.589.898	882.947.606	22,94%
Resultado Primário (III) = (I – II)	-83.042.392	-79.087.992	-2,18%	27.996.698	25.637.415	0,70%	30.194.378	26.459.231	0,69%
Resultado Nominal	106.117.742	101.064.516	2,79%	8.779.156	8.039.336	0,22%	8.655.528	7.584.810	0,20%
Dívida Pública Consolidada	368.978.541	351.408.134	9,70%	389.079.466	356.291.720	9,69%	409.622.852	358.951.114	9,33%
Dívida Consolidada Líquida	142.543.153	135.755.384	3,75%	151.322.308	138.570.370	3,77%	159.977.836	140.188.035	3,64%

Para se chegar aos valores constantes, as metas anuais do ano de 2016, 2017 e 2018 foram deflacionadas pelos índices projetados de inflação para o período, utilizando os seguintes índices:

Anos	2016	2017	2018
Valor Corrente	5,60%	4,50%	4,50%
Valor Constante	1,0456	1,1035	1,1532

Para se obter os percentuais das metas fiscais previstas para o triênio 2015 a 2017, em relação ao PIB estadual, foram utilizados valores do Produto Interno Bruto do Estado, projetados pela Secretaria da Fazenda tendo como referência a evolução dos indicadores calculados pelo IBGE.

Os demonstrativos dos Anexos Fiscais de I à VIII, foram elaborados com base nos seguintes conceitos:

1 - as receitas não-financeiras correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;

2 – as despesas não-financeiras correspondem ao total da despesa orçamentária deduzida as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

3 – o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas não-financeiras e as despesas não-financeiras;

4 – o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;

5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 05 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

6 – a Dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

7 - as deduções (ativo disponível e haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados) e os passivos reconhecidos, para efeito de apuração do resultado nominal e da dívida consolidada líquida, foram calculados utilizando-se os percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

II. Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)					R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	818.458.860,00	0,2762%	672.641.138,68	0,2270%	-145.817.721,32	-17,82%
Receitas Primárias (I)	786.641.164,00	0,2654%	656.472.526,22	0,2215%	-130.168.637,78	-16,55%
Despesa Total	813.460.714,00	0,2745%	638.435.386,97	0,2154%	-175.025.327,03	-21,52%
Despesas Primárias (II)	798.512.339,00	0,2695%	620.460.118,52	0,2094%	-178.052.220,48	-22,30%
Resultado Primário (III) = (I-II)	-11.871.175,00	-0,0040%	36.012.407,70	0,0122%	47.883.582,70	-403,36%
Resultado Nominal	-79.579.493,00	-0,0269%	-65.208.647,42	-0,0220%	14.370.845,58	-18,06%
Dívida Pública Consolidada	119.012.410,00	0,0402%	232.487.121,18	0,0785%	113.474.711,18	95,35%
Dívida Consolidada Líquida	14.731.230,00	0,0050%	39.199.250,23	0,0132%	24.468.020,23	166,10%

FONTE: Lei Orçamentária Anual 2014, Balanço Geral 2014, Relatório Gestão Fiscal 3º quadrimestre 2014

III. Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	
Receita Total	599.123.782,36	672.641.138,68	1,1227	1.005.788.649,43	1,4953	1.091.787.026,00	1,0855	964.164.120,20	0,8831	1.041.876.048,19	1,0806	
Receitas Primárias (I)	598.267.845,25	656.472.526,22	1,0973	929.736.649,43	1,4163	980.567.633,00	1,0547	961.084.318,20	0,9801	1.037.784.276,19	1,0798	
Despesa Total	543.486.149,51	638.435.386,97	1,1747	984.989.649,44	1,5428	1.070.024.081,00	1,0863	941.278.343,72	0,8797	1.017.816.811,77	1,0813	
Despesas Primárias (II)	527.641.106,62	620.460.118,52	1,1759	979.101.235,44	1,5780	1.063.610.025,00	1,0863	933.087.620,20	0,8773	1.007.589.898,19	1,0798	
Resultado Primário (III) = (I - II)	70.626.738,63	36.012.407,70	0,5099	-49.364.586,01	-1,3708	-83.042.392,00	1,6822	27.996.698,00	-0,3371	30.194.378,00	1,0785	
Resultado Nominal	-32.341.828,34	-65.208.647,42	2,0162	-2.773.839,20	0,0425	106.117.741,87	-38,2566	8.779.155,52	0,0827	8.655.528,05	0,9859	
Dívida Pública Consolidada	237.424.460,71	232.487.121,18	0,9792	252.078.161,72	1,0843	368.978.541,13	1,4637	389.079.466,06	1,0545	409.622.851,99	1,0528	
Dívida Consolidada Líquida	104.407.897,65	39.199.250,23	0,3754	36.425.411,03	0,9292	142.543.152,90	3,9133	151.322.308,43	1,0616	159.977.836,47	1,0572	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	
Receita Total	666.598.876,14	703.313.574,60	1,0551	1.005.788.649,43	1,4301	1.044.172.748,66	1,0382	873.716.942,33	0,8368	903.482.104,93	1,0341	
Receitas Primárias (I)	665.646.540,85	686.407.673,42	1,0312	929.736.649,43	1,3545	937.803.780,60	1,0087	870.926.053,18	0,9287	899.933.849,08	1,0333	
Despesa Total	604.695.168,39	667.548.040,62	1,1039	984.989.649,44	1,4755	1.023.358.914,50	1,0390	852.978.055,42	0,8335	882.618.692,62	1,0347	
Despesas Primárias (II)	587.065.609,87	648.753.099,92	1,1051	979.101.235,44	1,5092	1.017.224.583,97	1,0389	845.555.694,69	0,8312	873.750.235,17	1,0333	
Resultado Primário (III) = (I - II)	78.580.930,99	37.654.573,49	0,4792	-49.364.586,01	-1,3110	-79.420.803,37	1,6089	25.370.358,49	-0,3194	26.183.613,91	1,0321	
Resultado Nominal	-35.984.260,78	-68.182.161,74	1,8948	-2.773.839,20	0,0407	101.489.806,69	-36,5882	7.955.592,58	0,0784	7.505.801,40	0,9435	
Dívida Pública Consolidada	264.163.906,25	243.088.533,91	0,9202	252.078.161,72	1,0370	352.886.898,55	1,3999	352.580.348,40	0,9991	355.212.040,04	1,0075	
Dívida Consolidada Líquida	116.166.624,13	40.986.736,04	0,3528	36.425.411,03	0,8887	136.326.657,33	3,7426	137.126.928,76	1,0059	138.727.742,80	1,0117	

FONTE: IPCA de 2013 e de 2014 cfe.site do IBGE e 2016 a 2018 cfe.projeção da LDO da União

IV. Demonstrativo do Patrimônio Líquido – 2012 a 2014

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	175.135.919,69	37,42	169.633.906,62	43,95	169.101.437,58	63,43
Reservas	8.399.667,91	1,79	8.226.927,93	2,13	2.724.914,86	1,02
Resultado Acumulado	284.429.845,25	60,78	208.082.105,46	53,92	94.770.749,57	35,55
TOTAL	467.965.432,85	100,00	385.942.940,01	100,00	266.597.102,01	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	23.137.303,77	153,46	23.137.303,77	393,46	23.137.303,77	461,51
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	-8.060.223,97	-53,46	-17.256.809,14	-293,46	-18.123.935,84	-361,51
TOTAL	15.077.079,80	100,00	5.880.494,63	100,00	5.013.367,93	100,00

FONTE: Balanço Patrimonial 2012, 2013 e 2014

V. Origem e Aplicação dos Resultados obtidos com a Alienação de Ativos

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2013 (b)	2012 (c)
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	52.470,97	152.955,13	47.624,95
Alienação de Bens Móveis	19.825,00	126.550,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	32.645,97	26.405,13	47.624,95
DESPESAS EXECUTADAS	2014 (d)	2013 (e)	2012 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	52.470,97	152.955,13	47.624,95
DESPESAS DE CAPITAL	52.470,97	152.955,13	47.624,95
Investimentos	52.470,97	152.955,13	47.624,95
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDENCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regimes Próprios dos Servidores Públicos			
SALDO FINANCEIRO	2014 (g) = ((Ia – IIId) + IIIh)	2013 (h) = ((Ib – IIe) + IIIi)	2012 (i) = (Ic – IIIf)
Valor (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Balanço Geral dos exercícios 2012-2013-2014

VI. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do regime Geral de Previdência

VI. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do regime Geral de Previdência

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.179.797,77	19.957.998,48	25.218.886,65
RECEITAS CORRENTES	19.179.797,77	19.957.998,48	25.218.886,65
Receita de Contribuições dos Segurados	13.767.407,61	15.355.498,67	17.425.706,98
Pessoal Civil	13.767.407,61	15.355.498,67	17.425.706,98
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	5.292,80	4.850,06	4.588,65
Receita Patrimonial	4.972.267,49	2.198.397,33	7.204.356,36
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	434.829,87	2.399.252,42	584.234,66
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	397.758,85	2.325.295,81	481.754,46
Outras Receitas Correntes	37.071,02	73.956,61	102.480,20
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	19.771.591,70	21.420.992,31	20.311.347,90
RECEITAS CORRENTES	19.771.591,70	21.420.992,31	20.311.347,90
Receita de Contribuições	19.771.591,70	21.420.992,31	20.311.347,90
Patronal	19.771.591,70	21.420.992,31	20.311.347,90
Pessoal Civil	19.771.591,70	21.420.992,31	20.311.347,90
Pessoal Militar	-	-	-
Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	38.951.389,47	41.378.990,79	45.530.234,55

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	32.736.324,92	40.343.509,30	42.764.477,43
ADMINISTRAÇÃO	979.656,89	997.254,26	1.181.865,06
Despesas Correntes	974.007,39	990.665,16	1.170.427,81
Despesas de Capital	5.649,50	6.589,10	11.437,25
PREVIDÊNCIA	31.756.668,03	39.346.255,04	41.582.612,37
Pessoal Civil	31.451.068,92	39.289.130,22	41.555.194,41
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	305.599,11	57.124,82	27.417,96
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	305.599,11	57.124,82	27.417,96
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	50.789,65	64.761,87	69.883,78
ADMINISTRAÇÃO	50.789,65	64.761,87	69.883,78
Despesas Correntes	50.789,65	64.761,87	69.883,78
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	32.787.114,57	40.408.271,17	42.834.361,21
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	6.164.274,90	970.719,62	2.695.873,34

FONTE: Relatório de Execução Orçamentária 2012-2014



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
LRF Art 53, § 1º, inciso II (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2014	38.223.397,99	41.431.418,85	(3.208.020,86)	35.698.816,44
2015	52.822.455,27	52.258.493,33	563.961,94	36.262.778,38
2016	53.554.293,10	60.063.661,42	(6.509.368,32)	29.753.410,07
2017	54.084.249,48	63.461.019,94	(9.376.770,47)	20.376.639,60
2018	54.532.007,15	65.596.026,07	(11.064.018,91)	9.312.620,69
2019	55.031.479,66	68.733.950,00	(13.702.470,34)	(4.389.849,65)
2020	55.476.734,47	71.340.033,55	(15.863.299,08)	(20.253.148,73)
2021	55.956.396,67	74.813.853,22	(18.857.456,54)	(39.110.605,27)
2022	56.477.299,38	79.126.480,69	(22.649.181,31)	(61.759.786,58)
2023	56.971.673,55	83.638.786,00	(26.667.112,45)	(88.426.899,03)
2024	57.426.639,83	87.366.972,38	(29.940.332,55)	(118.367.231,58)
2025	57.901.230,08	91.527.582,82	(33.626.352,74)	(151.993.584,32)
2026	58.345.214,08	95.468.781,44	(37.123.567,35)	(189.117.151,68)
2027	58.834.556,75	99.603.808,86	(40.769.252,11)	(229.886.403,79)
2028	59.277.996,73	103.578.669,24	(44.300.672,52)	(274.187.076,31)
2029	59.726.067,90	107.654.186,28	(47.928.118,38)	(322.115.194,69)
2030	60.146.251,89	111.321.740,07	(51.175.488,17)	(373.290.682,86)
2031	60.625.347,61	116.046.611,88	(55.421.264,28)	(428.711.947,14)
2032	61.060.508,47	121.019.878,23	(59.959.369,76)	(488.671.316,90)
2033	61.492.875,21	125.950.333,55	(64.457.458,34)	(553.128.775,24)
2034	61.902.926,82	130.243.181,16	(68.340.254,34)	(621.469.029,59)



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
LRF Art 53, § 1º, inciso II (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2035	62.361.352,68	135.550.486,98	(73.189.134,30)	(694.658.163,89)
2036	62.708.068,36	139.720.737,89	(77.012.669,53)	(771.670.833,42)
2037	63.045.720,62	143.491.157,83	(80.445.437,21)	(852.116.270,63)
2038	63.370.308,57	147.297.975,45	(83.927.666,87)	(936.043.937,51)
2039	63.752.213,59	151.600.183,09	(87.847.969,50)	(1.023.891.907,00)
2040	63.968.052,73	154.378.009,41	(90.409.956,67)	(1.114.301.863,68)
2041	64.203.243,45	157.751.193,55	(93.547.950,10)	(1.207.849.813,77)
2042	64.390.688,91	159.728.283,18	(95.337.594,27)	(1.303.187.408,04)
2043	64.595.649,22	161.784.755,61	(97.189.106,39)	(1.400.376.514,43)
2044	64.759.936,20	163.174.892,86	(98.414.956,66)	(1.498.791.471,09)
2045	64.915.297,63	164.312.723,54	(99.397.425,92)	(1.598.188.897,01)
2046	65.036.023,10	165.374.622,91	(100.338.599,82)	(1.698.527.496,83)
2047	65.139.706,88	166.057.811,92	(100.918.105,04)	(1.799.445.601,87)
2048	65.181.093,02	166.160.573,83	(100.979.480,81)	(1.900.425.082,68)
2049	65.236.034,33	166.138.182,35	(100.902.148,02)	(2.001.327.230,70)
2050	65.248.225,18	166.002.317,79	(100.754.092,61)	(2.102.081.323,31)
2051	65.249.375,61	165.608.387,85	(100.359.012,24)	(2.202.440.335,55)
2052	65.224.430,43	164.998.321,55	(99.773.891,12)	(2.302.214.226,67)
2053	65.190.338,62	164.250.173,35	(99.059.834,73)	(2.401.274.061,40)
2054	65.086.389,64	163.038.794,98	(97.952.405,34)	(2.499.226.466,74)
2055	65.028.155,62	162.299.420,67	(97.271.265,05)	(2.596.497.731,79)
2056	64.880.326,40	160.726.647,30	(95.846.320,90)	(2.692.344.052,69)
2057	64.774.968,80	159.183.557,57	(94.408.588,77)	(2.786.752.641,46)
2058	64.663.371,32	157.753.701,36	(93.090.330,04)	(2.879.842.971,50)
2059	64.497.234,86	155.995.666,73	(91.498.431,87)	(2.971.341.403,37)



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
LRF Art 53, § 1º, inciso II (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2060	64.339.834,70	154.336.483,06	(89.996.648,36)	(3.061.338.051,73)
2061	64.177.093,48	152.635.355,44	(88.458.261,97)	(3.149.796.313,70)
2062	63.991.341,94	150.943.260,16	(86.951.918,22)	(3.236.748.231,92)
2063	63.793.340,54	149.229.385,81	(85.436.045,27)	(3.322.184.277,19)
2064	63.540.296,65	147.280.114,45	(83.739.817,80)	(3.405.924.094,99)
2065	63.339.420,64	145.399.252,55	(82.059.831,91)	(3.487.983.926,89)
2066	63.087.004,84	143.157.515,03	(80.070.510,18)	(3.568.054.437,08)
2067	62.905.138,90	141.178.727,67	(78.273.588,77)	(3.646.328.025,85)
2068	62.656.674,46	138.998.347,94	(76.341.673,47)	(3.722.669.699,33)
2069	62.456.416,82	137.002.476,06	(74.546.059,24)	(3.797.215.758,56)
2070	62.272.699,96	134.999.509,74	(72.726.809,78)	(3.869.942.568,35)
2071	62.075.004,44	133.168.041,37	(71.093.036,94)	(3.941.035.605,28)
2072	61.826.511,59	131.068.703,60	(69.242.192,01)	(4.010.277.797,29)
2073	61.672.926,80	129.326.788,87	(67.653.862,07)	(4.077.931.659,36)
2074	61.440.241,27	127.162.671,88	(65.722.430,61)	(4.143.654.089,98)
2075	61.265.783,89	125.323.607,01	(64.057.823,13)	(4.207.711.913,10)
2076	61.056.524,55	123.338.229,48	(62.281.704,94)	(4.269.993.618,04)
2077	60.875.412,97	121.502.227,43	(60.626.814,46)	(4.330.620.432,50)
2078	60.689.919,91	119.597.359,28	(58.907.439,37)	(4.389.527.871,87)
2079	60.531.728,87	117.863.239,18	(57.331.510,30)	(4.446.859.382,17)
2080	60.345.466,31	116.102.245,19	(55.756.778,88)	(4.502.616.161,05)
2081	60.204.695,26	114.575.396,01	(54.370.700,75)	(4.556.986.861,80)
2082	60.037.334,21	112.872.544,51	(52.835.210,30)	(4.609.822.072,09)
2083	59.902.607,46	111.424.354,34	(51.521.746,88)	(4.661.343.818,98)
2084	59.746.053,85	109.926.338,42	(50.180.284,58)	(4.711.524.103,55)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
LRF Art 53, § 1º, inciso II (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2085	59.638.663,31	108.574.162,51	(48.935.499,20)	(4.760.459.602,75)
2086	59.500.790,04	107.239.687,26	(47.738.897,22)	(4.808.198.499,96)
2087	59.375.617,51	105.969.028,61	(46.593.411,10)	(4.854.791.911,06)
2088	59.258.852,65	104.871.976,04	(45.613.123,39)	(4.900.405.034,45)
2089	59.147.160,64	103.820.531,22	(44.673.370,58)	(4.945.078.405,03)

VII. Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
IPTU	renúncia	Benefícios concedidos conforme Lei	367.373	407.620	452.276	1.227.269
ITBI	renúncia	Municipal 4.014/1995; 5.100/2005;	153.581	170.407	189.075	513.063
ISSQN	renúncia	5.149/2005; 5.437/2008; 5.603/2009;	569.609	632.012	701.251	1.902.872
Divida Ativa	renúncia	5.645/2009; 5.698/2010; 5.699/2010;	11.539	12.803	14.206	38.548
Tarifa de Água	renúncia	5.749/2010; 6.105/2014; 6.178/2014; 6.195/2014; 6.208/2015	50.000	20.000	40.000	110.000
TOTAL			1.152.102,00	1.242.842,00	1.396.808,00	3.791.752,00

FONTE: Secretaria Municipal de Receita

VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado deve ser elaborada pelo ente que prever, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, tendo em vista que a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 17, estabelece que no caso de aumento de despesas nos termos definidos, este deve ser justificado com o aumento de receita decorrente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição ou na redução de despesas, de modo a não comprometer as metas previstas no § 1º do art. 4º da LRF.

Face o município de Pelotas não prever a elevação de receita com os parâmetros acima, a margem a que se refere a lei, decorre do crescimento da receita pela expansão da economia, mais o incremento.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Reserva para Riscos Fiscais	200.000,00	Abertura de Crédito Suplementar	1.000.000,00
Reserva para Abertura de Créditos	800.000,00		
Reserva SANEP	700.000,00	Abertura de Crédito Suplementar	700.000,00
TOTAL	1.700.000,00	TOTAL	1.700.000,00



PREFEITURA
PELOTAS